

Acumulação socialista originária e o debate econômico da transição em Cuba

Joana Salém Vasconcelos ¹

Resumo

Este artigo recompõe o debate econômico da transição ao socialismo da década de 1960 em Cuba. Dois sistemas econômicos de acumulação socialista originária entraram em conflito no novo governo da ilha: o sistema orçamentário de financiamento e o sistema de cálculo econômico. Os defensores de cada sistema apresentavam visões conflitantes sobre o papel das categorias mercantis e da lei do valor no desenvolvimento da economia socialista, além de divergências sobre a propriedade dos meios de produção e as formas de gestão. O sistema orçamentário propunha que o setor estatal da economia centralizasse toda a produção, e que era preciso minimizar o uso das categorias mercantis. O cálculo econômico propunha maior flexibilidade para empresas não estatais autogeridas e autofinanciadas, além de uso considerável das categorias mercantis como alavanca do desenvolvimento. Essa polêmica se desdobrou em diversos tópicos econômicos sobre a transição ao socialismo: as formas de propriedade e de gestão, o comércio, a mercadoria, os preços administrados, o crédito, o trabalho, o dinheiro. O debate tinha em vista a inauguração de uma nova economia política, adequada ao novo modo de produção em construção.

Palavras-chave: Cuba; Transição; Acumulação socialista originária; Debate econômico.

Abstract

This article discusses the economic debate about the transition to the socialism system in Cuba in 1960s. Two economic systems for the 'socialist original accumulation' were in conflict in the new government of the island: the budget system of financing and the system of economic calculation. The campaigners of each system presented conflicting views about the role of the mercantile categories and the law of value for the development of the socialist economy, as well as disagreements over the ownership of the means of production and forms of management. The budgetary system proposed that the state sector of economy centralize the whole production, and it was necessary to minimize the use of mercantile categories. The economic calculation proposed that self-managing and self-financing private companies carry more flexibility, besides a considerable use of mercantile categories as a lever for development. This polemic unfolded into many economic topics concerning the transition to socialism: forms of property, the trade, the merchandise, administrated prices, the credit, the work, the money. The debate was intended to inaugurate new solid criteria to a new political economy, consistent with the new means of production.

Keywords: Cuba; Transition; Socialist original accumulation; Economic debate.

(1) Mestranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia (IE) - Unicamp. Área: História Econômica. E-mail: joana_salem@yahoo.com.br.

Não é por mero deleite que tanto se investiga a transição do feudalismo ao capitalismo. Os momentos históricos de transição entre distintos modos de produção são ricos para se captar o sentido vital dos sistemas econômicos. As transições se caracterizam por conflitos específicos entre as diferentes formas elementares de apropriação da natureza, mediadas por relações sociais de propriedade. Nestes conflitos se expressam, em germen, as células básicas do regime produtivo posterior. Transição, portanto, é um conceito chave para decifrar as mudanças dos modos de produção e seus desenvolvimentos. A transição do capitalismo ao socialismo possui uma peculiaridade definitiva: é um processo objetivamente planejado e racionalizado pelos sujeitos sociais. É um conjunto de ações históricas conscientes, cuja tentativa é alcançar fins estratégicos pré-determinados. É possível afirmar, com ampla margem de segurança, que nenhuma outra transição entre modos de produção possuiu essa característica na história da humanidade.

No século XX, a transição do capitalismo ao chamado “socialismo real”² foi conscientemente debatida no exato momento de sua construção, e exigiu um nexo criativo específico entre planejamento estrutural e execução econômica. Nessa transição, sincronia e diacronia se misturam numa dose maior que o usual. Ou seja, as intenções dos sujeitos sociais da transição se expressam num plano econômico estratégico (sincronia) que supostamente deveria substituir a própria realidade do desenvolvimento histórico (diacronia). Na busca dos caminhos da transição ao socialismo, o materialismo dialético e as leis de desenvolvimento histórico formuladas por Marx e Engels desempenharam o papel de referencial político, científico e filosófico, determinante das variáveis econômicas da teoria do valor trabalho. A aplicabilidade das leis de desenvolvimento econômico de Marx e Engels faz surgir uma tentativa de *nova economia política de transição ao socialismo*.

A nova economia política buscada pelos países em transição ao socialismo, evidentemente, trazia alguns elementos da economia política clássica, e das bases da macroeconomia capitalista. A transição, afinal, é justamente a mistura complexa

(2) Não pretendo adentrar no vasto debate sobre em qual profundidade a experiência do “socialismo real” do século XX se aproximou do “socialismo ideal”. Meu objetivo é recompor os principais argumentos de dois diferentes caminhos propostos para transição ao socialismo. Neste artigo, para evitar repetições, passo a usar socialismo para me referir às experiências histórico-concretas do bloco socialista, ainda que representem mais precisamente “tentativas de transição ao socialismo”.

e determinada de lógicas distintas de sociedades organicamente diferentes em movimento permanente. É o momento histórico em que a sociedade anterior já não se reproduz plenamente, e a sociedade nova ainda não pode se expandir por suas próprias forças.

A visão dialética das transições econômicas na história se sustenta em dois preceitos básicos. Primeiro, a transição não é um movimento puro e evolutivo. Formas contraditórias de produção podem existir simultaneamente, articuladas e interpenetradas. Na transição, a nova forma econômica ainda não é predominante, enquanto a forma anterior já está em desintegração. Estes dois movimentos são historicamente determinados e são objetivos. Segundo, a transição não é um processo incremental e sim essencialmente qualitativo. Isso significa que a transição depende da ação humana e da correlação de interesses entre as classes sociais. Por isso, a transição é um processo objetivo (sem ser mecânico) e subjetivo (sem ser aleatório).

1 O que é “acumulação socialista originária”?

Essa visão dialética da transição deu origem, na União Soviética, à proposta da “acumulação socialista originária”. Esse termo foi criado na década de 1920 por V. M. Smirnov, mas só foi amplamente divulgado com a obra “A Nova Econômica” de E. Preobrajenski. A polêmica da necessidade ou não de uma acumulação socialista originária atravessou todos os países do mundo socialista. Os países que viveram a tentativa de transição ao socialismo possuíam diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas e certas variações quanto à propriedade privada dos meios de produção. A maioria destes países, contudo, era dotada de um modo de produção capitalista, com características de periferia e subdesenvolvimento, e elementos de outros modos de produção mesclados. Por isso, todos compartilhavam um conjunto de categorias econômicas, monetárias e mercantis comuns a qualquer país capitalista. Por exemplo, a *lei do valor* e sua manifestação visível em preços, lucros, juros e salários³; o *dinheiro* como meio circulante e equivalente geral; a *mercadoria* como protagonista da circulação; o *crédito* controlado pelo sistema bancário.

(3) A lei do valor é compreendida aqui como um determinante do capital, ou seja, da relação social de produção mediada pela mercantilização da força de trabalho. A expressão mais tangível da lei do valor é sintetizada em preços, lucros, juros e salários. Não se trata de confundir a lei do valor com sua manifestação visível, mas reconhecer que estas categorias econômicas expressam uma relação social de produção especificamente capitalista.

Nenhuma estrutura produtiva se desmonta automaticamente. Neste contexto, a acumulação socialista originária implicaria o uso de formas de acumulação capitalista para impulsionar o desenvolvimento socialista futuro, até que os mecanismos novos de acumulação tornassem-se maduros o suficiente e as formas propriamente socialistas passassem a predominar no desenvolvimento econômico. A transição deveria ser induzida com os instrumentos econômicos que existem na sociedade em transformação, até que se criassem novos instrumentos eficientes. Qual seria a diferença fundamental entre a acumulação socialista originária e a acumulação propriamente socialista? Preobrajenski define:

Por acumulação *socialista* designamos a adição, aos meios de produção em funcionamento, de um sobreproduto que foi criado no interior de uma economia socialista já constituída e que não servirá para uma repartição suplementar entre os agentes da produção socialista e o Estado socialista, mas será empregado na reprodução ampliada. Ao contrário, qualificamos de acumulação socialista primitiva a acumulação nas mãos do Estado, dos recursos materiais extraídos total ou parcialmente de fontes situadas fora do sistema da economia estatal (Preobrajenski, 1979, p. 94-95).

Por esta definição, a acumulação socialista originária é a correlação específica entre a economia estatal e a economia não estatal, que produza um fluxo de excedentes a favor do setor estatal. O setor estatal trabalharia velozmente por novas relações sociais de produção e distribuição do excedente econômico, o que não significa alcançar imediatamente o socialismo, mas caminhar nesta direção. O setor estatal é o representante da experiência da nova economia. Diferentemente, na economia socialista já constituída, a acumulação é a *reprodução ampliada* das forças produtivas através de meios de produção plenamente socializados.

A acumulação socialista originária carece da ação política de indução dos excedentes da economia existente para as bases da produção socialista, e o aproveitamento máximo da acumulação capitalista remanescente em favor da nova acumulação. As “formas pré-socialistas” de produção cumprem um papel de impulsionar as formas socialistas para reprodução ampliada. De modo geral, as formas pré-socialistas seriam as constituídas, essencialmente, pelo setor não estatal da economia, no contexto de uma luta revolucionária.

A necessidade de usar certas categorias econômicas capitalistas durante o desenvolvimento inicial do socialismo era razoavelmente consensual. Afinal, não se pode partir de uma sociedade imaginária para realizar um processo real de

transição. Alguns aspectos da sociedade capitalista não poderiam desaparecer de um dia para outro, pois isso poderia descontrolar o desenvolvimento do socialismo e gerar crises econômicas graves, especialmente de carestia. As primeiras tarefas de transição envolviam o aproveitamento máximo, pelo setor estatal da economia, do excedente das formas pré-socialistas (não estatais) de produção, para alavancar o desenvolvimento das relações plenamente socializadas de produção.

Neste artigo, exponho as principais polêmicas do debate econômico da transição ao socialismo em Cuba, realizado na década de 1960. O objetivo é contrastar duas estratégias distintas, que discordam sobre as seguintes questões:

1. O papel das categorias mercantis e da lei do valor no desenvolvimento socialista.
2. A forma predominante de propriedade dos meios de produção na transição.
3. A forma predominante de gestão dos meios de produção na transição.
4. A força motriz de desenvolvimento socialista que deveria substituir os motores do capitalismo.

Não se pretende responder a nenhuma destas questões, que apenas orientam o território das polêmicas. Ainda que o processo histórico não tenha solucionado as divergências, no mínimo, se abriu um debate sem precedentes sobre as *possibilidades* de um futuro pós-capitalista da humanidade.

2 Cuba, um pequeno gigante

Nós não concebemos o comunismo como a soma mecânica dos bens de consumo de uma dada sociedade, mas como resultado de um ato consciente (Che Guevara⁴)

Cuba realizou seu debate econômico da transição ao socialismo após décadas de elaborações teóricas e práticas de outros povos. A autenticidade do processo de transição cubano se combinou com dedicado estudo e absorção da produção teórica e tecnológica dos países socialistas “mais velhos”.

Apesar de ser ilha, Cuba atravessou contradições continentais. Lá, os dilemas do subdesenvolvimento latino-americano adquiriram uma face exageradamente disforme e degradaram as condições objetivas e subjetivas de vida da população. As desproporções sociais e econômicas ficaram insustentáveis.

4 Guevara (1982, p. 221).

As transformações em Cuba, após a revolução, partem das condições específicas do desenvolvimento do *capitalismo monopolista* na ilha. A economia da ilha esteve sob domínio dos EUA desde o século XIX⁵. Em 1958, Cuba havia desenvolvido um capitalismo relativamente moderno, com características monopolistas, ampla predominância agroexportadora e alta concentração da propriedade dos meios de produção (especialmente em mãos estrangeiras). Lado a lado, interagiam setores de baixíssima produtividade e setores com tecnologia administrativa internacional, massas marginais urbanas e aristocracias capitalistas, num retrato extremo da heterogeneidade estrutural. Com estas condições econômicas que o governo revolucionário precisou lidar.

O debate da transição em Cuba veio a público em 1963 e 1964, em uma série de artigos divergentes publicados nas revistas do governo⁶. Os dirigentes políticos cubanos estavam divididos entre duas posições opostas a respeito das necessidades da transição. De um lado, havia a proposta do **Sistema Orçamentário de Financiamento**, defendida por Ernesto Guevara (ministro das Indústrias), Luis Alvarez Rom (ministro das Finanças), Miguel Cossío, Alexis Condena e Mario Rodriguez Escalona. Junto deles, participou do debate o socialista belga Ernest Mandel. Do outro lado, havia a proposta do **Sistema de Cálculo Econômico**, defendida por Alberto Mora (ministro do Comércio Exterior), Marcelo Fernandez Font (presidente do Banco Nacional), Juan Infante e Carlos Rafael Rodriguez (presidente do Instituto Nacional da Reforma Agrária - INRA), além do economista francês Charles Bettelheim. A polêmica se concentrava em três aspectos. Primeiro, qual seria a forma adequada da *propriedade* e da *gestão* dos meios de produção na transição ao socialismo? Esse debate decorria de uma série de divergências a respeito de qual seria a *força motriz* da nova economia socialista e quais forças históricas (técnicas e sociais) estavam em jogo para realizar as transformações. Segundo, qual o papel da *lei do valor* nos sistemas de preços, crédito da transição? Se havia duas propostas de modos de produção na transição, haveria, em decorrência, distintas visões sobre os modos de distribuição e as

(5) Em 1818, a Espanha permitiu o comércio bilateral entre sua colônia e os EUA. Ao longo do século XIX, se processou um gradual deslocamento do controle econômico de um a outro país, consolidado em 1902 com a Emenda Platt e com Tratados de comércio preferencial Cuba-EUA.

(6) Principalmente em: Nuestra Industria (do Ministério das Indústrias), Comercio Exterior (do Ministério do Comércio Exterior) e Cuba Socialista (da Presidência). A maioria dos artigos do debate está reunida em Guevara (1982, 2006.)

formas do valor. Terceiro, como fomentar a produtividade do trabalho no que tange ao uso de *estímulos materiais e morais*? As duas primeiras destas amplas questões serão abordadas nos próximos tópicos.

3 O Sistema Orçamentário de Financiamento e o Sistema de Cálculo Econômico

O Sistema Orçamentário de Financiamento (SOF) é a gestão plenamente centralizada da economia, com *controle estatal* de todas as unidades de produção. Neste sistema, o Estado é o único proprietário dos meios de produção de larga escala, e a propriedade privada de meios de produção se reduz à pequena propriedade da terra para subsistência. O Estado é responsável pelo *planejamento* geral da produção, pela distribuição de todos os componentes para cada unidade, pelo financiamento dos custos de produção, e pela distribuição dos produtos à população. Como diz o nome, todo o financiamento da produção é orçamentário, assim como todos os excedentes produzidos pertencem ao orçamento estatal.

Já o Sistema de Cálculo Econômico adota a autogestão e o autofinanciamento das unidades produtivas, e defende um *setor não estatal* mais expressivo. Neste sistema, o setor não estatal da produção possui maior escala, e é composto por unidades produtivas com autonomia gerencial, financeira e contratual, constituindo personalidades jurídicas próprias. O Estado também possui um plano, mas há um amplo setor autônomo que opera com as categorias mercantis presentes no capitalismo, especialmente a *concorrência* e o *interesse material individual*. A proposta é que o poder de gestão seja descentralizado em cooperativas com mecanismos democráticos internos, para evitar a possível burocratização decorrente da centralização excessiva do poder estatal sobre a produção.

Ambos os sistemas foram defendidos com argumentos de alta relevância no debate da transição, e nenhum deles comprovou plena funcionalidade. Não é de se desprezar que, tanto Guevara fez ressalvas ao SOF, quanto Carlos Rafael Rodriguez admitiu estar errado em certos aspectos do uso do cálculo econômico. Este debate foi realizado em clima de fraternidade e companheirismo, e não gerou fissuras visivelmente irremediáveis no governo. Reconstituo aqui alguns dos principais argumentos.

4 Forças produtivas e relações de produção: fundamentos históricos do debate econômico

Nunca se pode desligar a análise econômica do fato histórico da luta de classes (Che Guevara) ⁷

O raciocínio histórico estrutural que sustenta a defesa do SOF pretende provar que a forma centralizada de gestão é mais avançada para se atingir os objetivos do socialismo, porque o *capital monopolista* atingiu um nível técnico e administrativo superior ao *capital concorrencial*. O imperialismo seria, de fato, a fase superior do capitalismo. Superior em termos técnicos, produtivos e históricos. O nível de desenvolvimento do capital monopolista deveria, portanto, ser aproveitado para acumulação socialista. O capitalismo comprovou historicamente que a concentração e centralização dos meios de produção representam um desenvolvimento (essencialmente contraditório) das forças produtivas, e geram uma escala mais eficiente de produção que o capitalismo concorrencial, repleto de pequenas e médias unidades. As empresas autogestionadas e autofinanciadas propostas pelo Sistema de Cálculo Econômico não poderiam ultrapassar o nível médio na escala da gestão e, dessa maneira, seriam menos desenvolvidas que o sistema centralizado e monopolista. Se o próprio capitalismo “superou” sua fase concorrencial, porque adotá-la como modelo de desenvolvimento socialista? Para os defensores do SOF, a autogestão cooperativa era ineficiente em relação ao próprio capital monopolista. Nas palavras de Guevara: “[...] como técnica, o antecessor do sistema orçamentário de financiamento é o monopólio imperialista radicado em Cuba” (Guevara, 1982, p. 188). Desse modo, a escala necessariamente menor da unidade produtiva de autogestão significaria “atraso”. E o sistema de cálculo econômico extrairia do capitalismo um modelo de gestão já superado pelo próprio capitalismo em suas zonas mais avançadas.

Além disso, a *concentração do capital* é uma tendência estrutural do sistema capitalista, contraditória com a propriedade privada. A concentração de capital significa a *concentração social da produção*, a clivagem cada vez mais profunda da divisão do trabalho, e por isso a dependência mais irreversível entre cada agente da produção em relação a todos os outros. Isto é, o aprofundamento do caráter social da produção, ou socialização capitalista da produção, um passo

(7) Guevara (1982, p. 256).

em direção à economia socialista. A concentração social da produção é uma tendência que, na teoria, combina com a economia socialista. Por que, então, desconcentrar a produção na transição ao socialismo? O raciocínio de Guevara é coerente com esse movimento estrutural da concentração social da produção, porém mostrou ser excessivamente teórico. Culminou com a proposta de uma “escala gigante” que superasse até mesmo a escala capitalista. O francês René Dumont (1970) e o chileno Jacques Chonchol (1963), engenheiros agrônomos mundialmente respeitados que foram a Cuba no início dos anos 1960, criticaram profundamente o gigantismo das Granjas Estatais de produção. As propriedades gigantes defendidas por Fidel Castro eram tecnicamente ineficientes por razões agrônomicas, e seu tamanho revelou as precariedades administrativas da economia cubana. A principal crítica de Dumont e Chonchol ao gigantismo da propriedade agrária foi que Fidel e Guevara deslocaram automaticamente para a agricultura socializada, um raciocínio teórico elaborado para explicar a indústria capitalista.

Ainda assim, a *escala da propriedade* foi uma polêmica muito menos fundamental que a w^8 , posto que a média gestão seria necessária para implementar a autogestão. Para Guevara, a gestão centralizada do SOF era uma necessidade histórica decorrente da concentração dos meios de produção. Aderir à autogestão seria regredir à média propriedade, e por isso, a condições de produção inferiores. Na medida em que Guevara não entendia quase nada dos procedimentos técnicos da produção, essa posição expressava mais uma intuição teórica que uma opinião científica.

Para comprovar sua intuição teórica, Guevara afirmava que a Standart Oil organizava e executava seu plano econômico com mais eficiência, maior produtividade e tecnologia mais avançada que o Estado Soviético. A economia soviética, em sua opinião, estancou porque “o mercado já não atua com sua implacabilidade capitalista, mas os mecanismos que criaram para substituí-los são mecanismos fossilizados”⁹. Atribuiu à economia soviética características

(8) A polêmica sobre a escala da propriedade ocorreu entre os cubanos através da polêmica determinante sobre a gestão. Para isso, as críticas técnicas de Dumont e Chonchol foram fundamentais. Importante registrar que a polêmica sobre a escala da propriedade em Cuba foi totalmente distinta desta polêmica na URSS. Em Cuba, havia que escolher entre uma escala grande ou gigante, enquanto na URSS, a pressão da pequena e média propriedades era extremamente forte.

(9) Ver Ernesto Che Guevara: Algunas reflexiones sobre la transición socialista [Carta a Fidel Castro, abril 1965]. Tradução da autora. Na Internet: www.lahaine.org/amauta/b2-img/CheFideltransicion.pdf. Data do último acesso: 15 out. 2011.

de “capitalismo pré-monopolista”¹⁰. A União Soviética viveria, para Guevara, o dilema de reintroduzir leis do valor capitalistas em bases produtivas que coíbem estas mesmas leis, e a tática de flexibilização da gestão adotada na década de 1960 a levou a uma espécie de limbo entre o capitalismo concorrencial e a “abolição” do mercado.

Se o socialismo deve ser uma forma superior em relação ao capitalismo, seu ponto de partida deveria aplicar, para Guevara, as formas mais avançadas do capitalismo: a centralização administrativa, o planejamento (que de microeconômico deveria converter-se a macroeconômico) e as tecnologias mais avançadas de automação industrial. A economia nacional, dirigida pelo Estado, deveria copiar a gestão de um monopólio capitalista típico. Guevara analisa, em fevereiro de 1964, que “a centralização permitiu liquidar (...) uma grande quantidade de pequenas unidades ineficientes e destinar 6 mil operários para outros ramos de produção” (Guevara, 1982, p. 187). Assim, o SOF permitiria realocar recursos para equilibrar a economia nacional e eliminar suas desproporções tipicamente capitalistas.

O raciocínio histórico-estrutural dos defensores do cálculo econômico é essencialmente oposto. Diziam que a ilha ainda não estaria pronta para tamanha centralização produtiva, e que saltar ao SOF seria eliminar categorias mercantis importantes para o desenvolvimento socialista. Ainda que a posição pareça sensata, seus argumentos merecem críticas. Charles Bettelheim, ativista francês que atuou no debate, foi um dos que mais argumentou nesta arena teórica. Baseado na “lei da harmonia obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas” de Stálin, Bettelheim defendeu que Cuba não estava pronta para superar as relações mercantis de produção porque não havia suficiente desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, a propriedade privada dos meios de produção pelas unidades cooperativas autogeridas constituía a melhor forma da transição. Para Bettelheim, se o SOF fosse implementado, ele se transformaria num corpo jurídico sem efetividade econômica, fadado a não penetrar nas esferas básicas da sociedade e se converter numa anomalia superestrutural. Isso porque:

A natureza das relações de produção é determinada pelas próprias forças produtivas e por seu grau de desenvolvimento. A propriedade dos meios de produção é a expressão jurídica e abstrata de algumas relações de produção,

10 Idem à nota 9.

expressão que está fadada a modificar-se quando se modificarem as forças produtivas e as relações de produção que lhes correspondem (Bettelheim, 1982, p. 231).

Com estas palavras, Bettelheim entra para a escola daqueles que atribuem poderes místicos às forças produtivas¹¹. Ele segue a linha de Stálin: “o desenvolvimento das relações de produção *está e sempre estará* atrás do desenvolvimento das forças produtivas” (apud Bettelheim, 1982, p. 229, grifo da autora). Na fórmula de Stálin, a história se resume ao desenvolvimento das forças produtivas, e todo o resto está (e sempre estará) arrastado atrás. Essa fórmula gera uma enorme confusão no debate de Bettelheim em relação às categorias marxistas de análise histórica. Porque a “propriedade dos meios de produção” simplesmente não é uma mera expressão jurídica, como o autor afirma, mas sim uma forma material da relação social entre seres humanos no processo produtivo. Na toada desta inversão teórica e metodológica, Bettelheim afirma que a propriedade dos meios de produção, no sistema por ele defendido, deveria ser *dupla*: a mesma unidade produtiva pertence ao Estado tanto quanto pertence à empresa autogerida com personalidade jurídica própria. Dessa forma, “a unicidade do direito de propriedade, característica do direito burguês, é assim destruída” (Bettelheim, 1982, p. 233). Sua inversão o faz pensar que a destruição de um “princípio jurídico burguês” é um avanço na transição ao socialismo. Na verdade, o fim da unicidade do direito burguês à propriedade não impede que, nas relações materiais, a propriedade dos meios de produção esteja efetivamente sob comando de uma unidade cooperativa privada.

Ernest Mandel entra no debate cubano e apresenta a crítica da fórmula de Stálin. Não existe, para Mandel, “nenhuma correlação específica entre nível exato de desenvolvimento das forças produtivas neste ou naquele país e a possibilidade de introduzir estas novas relações de produção” (Mandel, 1982b, p. 246) e essa fórmula mecanicista induz à reprodução indevida das relações capitalistas de produção na transição ao socialismo. Mandel explica:

Os que colocam o postulado absoluto do desenvolvimento das forças produtivas, antes que se possa expandir a sociedade socialista, pecam todos de um pensamento mecanicista à semelhança daqueles que acreditam

(11) Guevara repudia fortemente essa escola e apresenta como contraprova histórica as próprias revoluções socialistas, experimentadas precisamente nos elos menos desenvolvidos das forças produtivas capitalistas. Em poucas palavras: “Dizer que a empresa consolidada é uma aberração é o mesmo que dizer que a Revolução Cubana é uma aberração” (Guevara, 1982, p. 264).

poder suscitar, por meios puramente subjetivos (a educação, a propaganda, a agitação, etc) idêntica consciência de maneira imediata. Há uma interação constante entre a criação de uma infraestrutura material necessária para expansão da consciência socialista, e o desenvolvimento desta mesma consciência (Mandel, 1982a, p. 169).

De fato, o raciocínio de Bettelheim levado ao limite convence que nada é possível fazer a não ser administrar as categorias mercantis do capitalismo de modo socialmente comprometido, até que o nível de desenvolvimento das forças produtivas alcance a possibilidade de relações socialistas de produção. Por isso que ele defende a unidade produtiva autogerida de escala média como uma necessidade da transição: “Só as unidades de produção constituem verdadeiros sujeitos econômicos, aptos a desfrutar de uma capacidade efetiva de disposição [para aumentar a produtividade]” (Bettelheim, 1982, p. 233).

Não respeitar o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, induzindo novas relações de produção em terreno supostamente infértil, significaria criar obstáculos e crises devido ao desajuste jurídico-econômico. A autogestão das empresas cooperativas (que seriam os verdadeiros sujeitos econômicos do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas em Cuba, para Bettelheim) geraria um sistema de concorrências acelerador da transição ao socialismo. No sistema de cálculo econômico, a *concorrência* de tonalidade capitalista continua sendo necessária no processo de acumulação socialista originária. No SOF, o sistema monopolista deve predominar, portanto a concorrência não é o motor do desenvolvimento. E isso nos leva à outra diferença.

5 A propriedade dos meios de produção na transição ao socialismo: setor estatal e setor não estatal

A melhor rentabilidade nacional não é jamais a soma das melhores possibilidades de todas as unidades (Ernest Mandel)¹²

Para o SOF, uma empresa é um “*conglomerado de fábricas* ou unidades que têm uma base tecnológica semelhante, um destino comum para sua produção ou em alguns casos, uma localização geográfica delimitada” (Guevara, 1982, p.188, grifo da autora). As empresas são, por definição, estatais, de larga escala e chamadas empresas consolidadas. A enorme escala das empresas consolidadas

(12) Mandel (1982b, p. 257).

garantiria uma maior produtividade do trabalho, argumentam os defensores do SOF, na mesma medida em que o princípio da não concorrência no setor estatal otimizaria os recursos e diminuiria os custos de produção. Já para o sistema de cálculo econômico, uma empresa é equivalente a uma unidade de produção com personalidade jurídica própria. Essa forma de propriedade dos meios de produção é considerada, pelos partidários do SOF, como uma propriedade privada, e pelos partidários do cálculo econômico como a “dupla propriedade”, única forma capaz de aumentar a produtividade do trabalho, mediante a concorrência. Bettelheim explica que só a autogestão poderia:

[...] permitir a cada unidade produtiva enfrentar tudo aquilo que não pode ser previsto, a tirar o máximo partido em benefício da sociedade e dos recursos de que eles dispõem posto que eles só podem ser bem utilizados em função de suas necessidades reais, e elas não são necessariamente as que o plano se esforçou em prever (Bettelheim, 1982, p. 238).

Ou seja, a vantagem atribuída ao sistema de autogestão é a *produtividade do trabalho*. A concorrência entre as unidades produtivas seria um motor da acumulação socialista originária, enquanto no SOF, o que se pretende é justamente diminuir o espaço vital da concorrência a partir das estruturas monopolistas e centralizadas de produção. Se só o Estado é proprietário dos meios de produção de larga escala, como propõe o SOF, não haveria necessidade de relações mercantis de compra e venda entre as unidades de produção. Mandel compara as relações de compra e venda entre as empresas do SOF com as relações internas de um monopólio capitalista: “um departamento do trust da Ford não ‘vende’ a carroceria ao departamento de montagem” (Mandel, 1982a, p. 170). Posto dessa maneira parece evidente que, no SOF, havendo somente um proprietário dos meios de produção no setor estatal (e não vários, como propôs Bettelheim, com a eliminação da “unicidade do direito de propriedade”), este único proprietário não compra e vende de si mesmo os bens de que necessita. As relações de troca dentro do setor estatal possuem outra natureza, não mercantil, porque fazem parte da mesma estrutura produtiva monopolista integrada. Os excedentes da produção do setor estatal se dividiriam nos seguintes ramos. Primeiro, a reposição de meios de produção consumidos e ampliação dos meios de produção, o financiamento das necessidades públicas de saúde, educação, transporte e moradia, e os gastos gerais da administração, organizados na Junta Central de Planificação (JUCEPLAN),

que distribui fundos aos outros Ministérios de acordo com o plano. Segundo, os fundos de salários e de previdência social do Ministério do Trabalho. Terceiro, os subsídios aos preços internos administrados no Ministério do Comércio Interior. Quarto, as reservas de segurança social e econômica e o fundo de seguro contra acidentes e catástrofes geridos pelo Ministério da Fazenda.

Essa estrutura integrada de produção reúne, sob um mesmo plano, todos os setores estratégicos da economia. O *plano* prevê a troca não mercantil entre os setores da produção estatal, e fluxos de distribuição que equilibrem os componentes da produção (matérias primas, ferramentas, peças de reposição, produtos acabados). Esses fluxos tampouco constituem uma “troca em espécie”, pois uma fábrica pode receber o que precisa sem fornecer nada em retorno, assim como outra fábrica pode fornecer um componente da sua reserva, e não receber nada. Assim, qualquer resquício da conversão dos componentes da produção em valores de troca, monetários ou não, é imediatamente eliminado. Assim o descreve Luis Alvarez Rom:

O princípio do rendimento comercial dentro da esfera estatal é estritamente formado e dominado pelo plano, somente para efeitos de cálculo econômico, de contabilidade, de controle financeiro, etc, mas nunca chegará a predominar de forma fetichista sobre o conteúdo social da produção (apud Guevara, 1982, p. 222).

O plano do SOF é essencialmente uma força contrária às leis espontâneas do mercado. Ele requeria ao menos cinco tarefas: primeiro, um cálculo objetivo dos custos de todas as empresas socializadas, sobretudo dos meios de produção; segundo, uma política de preços administrados por meio de subsídios e impostos, e um cálculo da expectativa de consumo da população; terceiro, políticas que amenizem distorções de preços em relação a uma margem próxima de seu “valor real”¹³; quarto, uma comparação sistemática com os preços e custos de produção do mercado mundial para saber quanto valor real as exportações agregam e calcular as metas de aumento de produtividade do trabalho; e quinto, calcular as transferências adequadas de excedentes entre produção rural e industrial. Esse plano era uma luta consciente, organizada e estratégica contra a lei do valor mercantil. A meta geral do plano era diminuir os custos de produção, aumentar a

(13) Por “valor real” os autores querem expressar o conteúdo exato de trabalho, eliminando distorções do mercado, da propriedade privada e dos monopólios capitalistas.

produtividade do trabalho, atingir a igualdade entre preço e valor real no mercado interno, e a balança comercial favorável em relação ao mercado externo.

Já para o cálculo econômico, o plano e o mercado se complementavam na tarefa de transição ao socialismo. No sistema de autogestão das empresas, o plano serviria para controle estatal dos recursos estratégicos e para garantia social de acesso a bens de necessidade vital à população. No sistema de cálculo econômico, o plano era o “braço social” do desenvolvimento concorrencial da acumulação socialista originária. Sendo assim, os mecanismos públicos e privados de financiamento contariam com um sistema bancário semelhante ao capitalista, com a existência de juros, porém sem excessiva financeirização. As unidades de produção deveriam se referenciar no plano, e cumprir suas metas. O excedente produzido em relação à meta era o lucro compartilhado pelos cooperativados, pois assim os trabalhadores sentiram-se estimulados a ampliar a produção em relação à meta do plano. Na autogestão, o lucro possibilita que uma unidade produtiva fosse mais rentável que outra e que um trabalhador fosse mais rico que outro. Existiria harmonia entre plano e mercado, pois a emulação entre unidades seria o motor do aumento da produtividade. Na produção autogerida, não existiam mecanismos de alteração e adequação dos valores de troca aos valores reais, e a contabilidade é realizada com referência direta aos valores do mercado mundial.

6 Valor mercantil, valor trabalho: os conteúdos do dinheiro

Citamos a meta do SOF de aproximar os valores calculados dos valores reais, ou seja, alcançar um novo conteúdo social à *contabilidade*: o valor trabalho. Os verdadeiros valores que estão em jogo nas movimentações contábeis são os valores produzidos por tempo de trabalho socialmente necessário medidos em unidades de trabalho. Para os defensores do SOF, o *dinheiro* tenderia a ser um representante simbólico somente da unidade de trabalho, buscando eliminar especulações. A diferença da natureza do dinheiro no SOF e no sistema de cálculo econômico deriva das formas de propriedades dos meios de produção. No SOF, a nova propriedade estatal dos meios de produção produziria um reflexo direto sobre as relações de produção e distribuição, eliminando as flutuações especulativas do valor de troca (dos preços e dos salários). Obviamente, os valores não se ajustam de imediato às unidades de trabalho. Para isso ocorrer é preciso aperfeiçoar o plano.

Já para o sistema de cálculo econômico a *lei do valor* opera de forma mais espontânea, pois existem unidades produtivas “estatais-privadas” (duplicidade jurídica), com autofinanciamento. Para obter financiamento estatal, as cooperativas devem demonstrar viabilidade econômica e solvência financeira. As cooperativas produzem com objetivo de rentabilidade da unidade de produção, e não de rentabilidade geral. Ou seja, as cooperativas visam *lucros* privados, não obstante paguem altos impostos ao Estado. Alberto Mora, defensor do cálculo econômico, acreditava que o valor se deduz da relação entre recursos e necessidades, e que no sistema capitalista os recursos são limitados pelas contradições entre propriedade privada dos meios de produção e necessidades humanas crescentes. Para Mora, sempre que os recursos são menores que as necessidades, seria a lei do valor que regula a produção, e isso é um fato econômico objetivo, não uma questão de vontade. A lei do valor faz parte da natureza objetiva das relações de produção que, por sua vez, corresponderiam ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. Assim sendo, a lei do valor não era sempre necessária: quando as forças produtivas atingissem um grau de desenvolvimento suficiente para que os recursos fossem iguais ou maiores que as necessidades, a lei do valor já não regularia mais a produção. Além disso, Mora pensa que o não reconhecimento da existência das leis do valor, como se pratica no SOF, acarretaria erros no plano que comprometeriam a acumulação socialista originária. Mora pensou que “no socialismo, a lei do valor opera através do plano” (apud Guevara, 1982, p. 278). No SOF é exatamente o contrário. O plano deve reduzir o espaço das “liberdades mercantis”.

As diferentes concepções da lei do valor derivam das definições de *valor trabalho*. Mora pensa que:

Somente um tipo de trabalho cria valor: o valor socialmente necessário. Isto é, a satisfação de uma necessidade socialmente reconhecida, dos limitados recursos disponíveis. É, pois, precisamente esta relação que expressa a categoria ‘valor’; ela é propriamente o valor. Do anterior, depreende-se: enquanto for necessário estabelecer o caráter deficitário da relação assinalada, a categoria valor conserva sentido (apud Guevara, 1982, p. 278, grifo da autora).

Sua definição de valor trabalho como *necessidade socialmente reconhecida* é diferente da definição original de Marx. Vejamos o que Marx diz em O Capital: “um valor de uso, um bem, só contém um valor pela encarnação ou

materialização do trabalho humano abstrato. Como se mede a quantidade deste valor? Pela quantidade de substância criadora do valor, ou seja, do trabalho que contém” (apud Guevara, 1982, p. 179). O trabalho, segundo Marx, está encarnado em qualquer objeto produzido pelo trabalho, mesmo que ele seja supérfluo ou excêntrico. O objeto pode não ser socialmente reconhecido como necessidade, mas foi produzido unicamente pelo trabalho, e deste trabalho que emana seu valor. A definição de Guevara sobre *trabalho socialmente necessário* é mais próxima da definição original de Marx: trabalho socialmente necessário seria “a medida do trabalho que a sociedade, em seu conjunto, necessita fazer para produzir um valor” (Guevara, 1982, p. 179).

Mora chega perto da economia política clássica, adotando como critério definidor do valor a relação oferta/procura (ou recursos/necessidades). A lei do valor, para os defensores do SOF, é regulada pela produção, e não o contrário. Quer dizer, a quantidade de trabalho necessária para produção de cada valor de uso regula o seu verdadeiro valor. Se a relação de produção for mercantil (assalariada) o produto será uma mercadoria, tal qual a força de trabalho que o produziu. Se a relação de produção não for mercantil – o que supostamente ocorreria no setor estatal –, o produto terá um preço não necessariamente equivalente ao seu valor, mas já não é uma mercadoria por estar inserido em relações de produção pós-capitalista.

De acordo com a observação de Mandel, quatro categorias mercantis seguiriam presentes na sociedade cubana, a despeito da implementação do SOF. A primeira delas era a pequena propriedade privada camponesa, cooperativa ou individual, organizadas na Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANAP). A segunda era o conjunto de mercadorias que o Estado vende ao povo cubano e que exporta aos outros países. A terceira era o conjunto de meios de produção que o setor estatal vende ao setor cooperativo. E a quarta, o próprio salário, que ainda não havia superado plenamente sua natureza mercantil. Mandel crê que o salário não é mais decorrente da produção capitalista de mais-valia, porém é uma remuneração em troca do trabalho. Neste entendimento, os trabalhadores não são “proprietários livres” de sua força de trabalho (que não é vendida e sim posta em atividade social), contudo são “proprietários livres” dos seus salários e, por isso, na circulação ainda existiriam relações de troca

mercantil, já extintas na produção¹⁴. No SOF, o âmbito da circulação dos produtos é de natureza mais mercantil que o âmbito da produção.

A definição de *mercadoria* é outra polêmica na economia da transição. Alguns defensores do cálculo econômico pensam que a mercadoria é uma forma irremediável em qualquer economia que produza valores de uso para os outros. Ou seja, que toda relação de troca é necessariamente mercantil, em qualquer modo de produção. Contra isso, Guevara cita uma nota que Engels escreveu para *O Capital*, na qual demonstra porque a mercadoria não é uma categoria estanque na história. Engels alertou que “o camponês medieval produzia para o senhor feudal o trigo e o tributo, e para o padre o dízimo. Mas nem o trigo, nem o tributo, nem o dízimo se tornaram mercadorias pelo fato de serem produzidos para outros” (apud Guevara, 1982, p. 279). Ou seja, não basta que o indivíduo produtor não seja o mesmo que o indivíduo consumidor para haver mercadoria.

Isso não significa que os defensores do SOF negassem a existência da mercadoria no setor não estatal da economia. Pelo contrário, o SOF se utiliza delas para extrair excedentes do setor privado que fluem para o setor estatal. O contato do setor mercantil com o setor não mercantil da economia é essencialmente mercantil. Explica Guevara que, no SOF, “o produto somente adquirirá características de mercadoria quando, chegando ao mercado, passe para as mãos do povo consumidor” (GUEVARA, 1982, p. 182). Na realidade, isso ocorreria também na interação entre setor estatal e setor privado.

Há três setores para os quais o Estado vende a sua produção no sentido mercantil. Para outros países (comércio exterior), para o consumo da população (comércio interior) e bens de capital para consumo produtivo do setor privado. Isso nos leva à polêmica sobre a administração dos preços na transição ao socialismo.

7 A administração dos preços e o mercado socialista

O SOF pressupõe *dois sistemas de preços*. Um sistema interno e outro externo, regidos por distintos critérios de valor. Os preços internos deveriam ser regulados por subsídios amplos aos produtos de alta necessidade, e impostos altos para produtos considerados supérfluos. Assim, os preços dos produtos vendidos

(14) Esse argumento é bastante questionável, porque se a relação salário/trabalho não contivesse mais nenhum resíduo mercantil, não sealaria tanto na importância do trabalho voluntário.

ao povo cubano tampouco deveriam corresponder ao *custo real da produção* em termos de unidades de trabalho socialmente necessário, mas adotar o custo real como critério de subsídio ou taxaço. Esta administração dos preços internos seguiria o critério das necessidades sociais da população, independentemente da lei do valor. Como explica Guevara: “O Ministério do Comércio Interior se encarregaria de nivelar a capacidade de compra da população com os preços das mercadorias oferecidas (...) *ignorando manifestamente a lei do valor em cada caso concreto*” (Guevara, 1982, p. 195, grifo da autora).

Ignorar a lei do valor é uma diretriz explícita do SOF para os preços internos, mas já não poderia ser para os preços externos. Os preços externos devem buscar relações comerciais favoráveis, especialmente com os países socialistas. O comércio externo assume, ao longo da transição em Cuba, uma importância vital na acumulação socialista originária. Ironicamente, parece ser consensual em Cuba a existência de “vantagens comparativas” no comércio exterior com o mundo socialista, tal qual o pensou David Ricardo no comércio internacional capitalista¹⁵.

Guevara pensa as *vantagens comparativas* como um *sistema multilateral* de comércio, e não bilateral. Por exemplo, Cuba tem um comércio superavitário com a União Soviética, e o déficit soviético se compensa com o comércio superavitário que possui com a Tchecoslováquia. Os tchecos, por sua vez, possuem relações superavitárias com Cuba, formando um triângulo equilibrado de vantagens comparativas. Guevara elogia o acordo com os soviéticos, pois pensa que o superávit comercial é a única forma de acelerar a acumulação socialista originária.

Com relação ao comércio exterior, três adaptações enormes foram feitas na economia cubana. Primeiro, a enorme distância geográfica do mundo socialista demandou um novo planejamento geral de todas as relações de comércio e seus prazos. Segundo, Cuba teve que se encaixar nas economias planejadas do mundo socialista, nas quais cada plano tinha sua racionalidade de longo prazo, e dificilmente haveria ‘sobra de mercadorias’. Isso forçou Cuba a adquirir

(15) Os convênios firmados entre Cuba e União Soviética, nos quais Cuba vendeu açúcar por preços mais altos que o mercado mundial, e comprou petróleo por preços mais baixos, aparentam mais uma transferência de recursos do que vantagens comparativas. Contudo, a produção de açúcar cubano liberou os recursos soviéticos alocados no açúcar para outros ramos da produção, quiçá rentáveis no comércio com outras nações. Haveria que calcular os benefícios desta política para a URSS.

rapidamente uma visão de longo prazo. Terceiro, era necessário realizar uma adaptação tecnológica e importar máquinas-ferramentas para produzir as peças de reposição adaptadas à tecnologia cubana de origem estadunidense, e ampliar as forças produtivas com a tecnologia disponível no mundo socialista, de padrões técnicos diferentes.

A concepção de preços administrados dos defensores do cálculo econômico é bem diferente, pois não separa com tanta clareza as relações internas das relações externas. Para eles, deve haver um *sistema único de preços* para todo o mundo socialista, comum ao *mercado socialista*. Os preços do mercado socialista deveriam partir do cálculo da produtividade média do trabalho do mundo socialista como um todo. A partir deste cálculo se estabeleceria faixas limite dentro das quais os preços flutuam. A média mundial da produtividade do trabalho é, evidentemente, diferente das médias nacionais. Mas essa possível distorção seria equilibrada pela lei da oferta e da demanda. Bettelheim propõe:

[...] um sistema de preços que deve refletir não somente o custo social dos diferentes produtos, mas também expressar as relações entre a oferta e a demanda destes produtos e assegurar, eventualmente, o equilíbrio entre esta oferta e esta demanda quando o plano não pode assegurá-lo a priori e quando o emprego de medidas administrativas para realizar este equilíbrio comprometeria o desenvolvimento das forças produtivas (apud Guevara, 1982, p. 266).

Sendo o plano e o mercado aliados do mesmo projeto de produção, um complementa o outro na administração dos preços. Os preços que não podem ser assegurados pelo plano, devido ao grau de desenvolvimento das forças produtivas (que não permite a realização de determinadas relações de produção viáveis à administração dos preços), serão equilibrados externamente pelas leis do mercado socialista mundial, e internamente pela concorrência entre as empresas autogeridas. É uma proposta politicamente honesta, contudo cientificamente semelhante a algo tão antigo quanto a Lei de Say. Mas a idéia de um sistema único de preços evitaria distorções na balança comercial e no balanço de pagamentos, pois trabalharia com valores equivalentes dentro e fora do país. Essas distorções no duplo sistema de preços do SOF deveriam ser compensadas pelo Estado, que provavelmente ficaria deficitário e com capacidade de reprodução ampliada comprometida. Se a própria acumulação socialista originária estava atolada pelos déficits do duplo sistema de preços, argumentavam os defensores do cálculo

econômico, isso era a prova de que o país não estava pronto para abandonar as flutuações do mercado. O Estado, supostamente representante da nova economia socialista, iria usar todo seu excedente extraído do setor não estatal e do setor externo da economia para saldar suas dívidas com a própria população e ficaria amarrado num sistema econômico “igualitarista” premeditado, que impediria o desenvolvimento.

Esse igualitarismo do SOF vem da vontade política de eliminar o quanto antes a sociedade de classes, o que tem um custo para o desenvolvimento das forças produtivas¹⁶. Na transição ao socialismo, as classes sociais não são eliminadas automaticamente. Por observação histórica, alguns autores buscaram definir quais classes caracterizam a transição e quais são seus interesses.

8 A luta de classes na transição e a questão agrária

A lei da acumulação primitiva (...) se opõe à lei do valor em todos os frentes de luta (Preobrajenski)¹⁷

Ao observar a União Soviética, Preobrajenski afirmou que a luta de classes permanecia existindo no período de transição por causa dos diferentes interesses entre proletariado urbano e campesinato. Lá, a pequena propriedade rural se constituiu como força autônoma ao setor estatal, e predominou até 1928 em relação à grande propriedade. O fenômeno agrário da transição foi totalmente diferente em Cuba, e isso determina a constituição das classes sociais e interesses distintos da ilha.

Por definição, classe social significa a localização de determinado grupo em relação ao processo de produção. Ao longo das transições históricas, algumas classes sociais constituem grupos explícitos de interesse em defesa de determinados sistemas econômicos, por exemplo, o sistema orçamentário centralizado ou o cálculo econômico descentralizado. As classes sociais da transição são a forma humana da luta entre distintas formas de propriedade dos meios de produção. Para Preobrajenski, na União Soviética o pequeno proprietário rural manifestou interesses econômicos conflituosos com o proletariado urbano. No debate

(16) Celso Furtado (1969) contrapôs a estratégia distributivista à estratégia desenvolvimentista da revolução cubana. Elas disputariam capacidade de importar para bens de consumo ou para bens de capital, respectivamente.

(17) Preobrajenski (1979, p. 165).

econômico da União Soviética, os pequenos produtores rurais independentes foram efetivamente protagonistas na luta por autonomia da gestão dos seus excedentes.

A União Soviética atravessou a guerra civil de 1917 até 1921. Nesse período, implementou-se intensiva expropriação, pelo Estado, de todos os meios de produção privados. A guerra exigia uma centralização de recursos bem maior do que os países soviéticos possuíam antes da revolução, e por isso o Estado criou a “política contingente”, justificada pelo *comunismo de guerra*. Pela política contingente, seriam realizadas todas as expropriações necessárias ao esforço de guerra, independente dos interesses dos proprietários. Expropriar latifundiários é uma ação relativamente previsível numa revolução socialista. Mas durante a guerra civil, os pequenos proprietários rurais produtores de alimentos acabaram sendo imensamente expropriados pela política contingente. Eles eram forçados a entregar toda a produção ao Estado numa troca não mercantil, e o Estado redistribuía os alimentos com vistas ao abastecimento prioritário do exército vermelho. Foi esta política contingente de alta expropriação que permitiu a vitória da guerra, na qual os soviéticos combateram exércitos de mais de 15 países da Europa.

Ao fim da guerra civil, os camponeses produtores de alimentos expressaram sua insatisfação com as expropriações totais do Estado. Os camponeses foram protagonistas na defesa da revolução, e os dirigentes do Partido Bolchevique sabiam que teriam de oferecer uma contrapartida no novo regime. Neste quadro surge a NEP (Nova Política Econômica), um recuo tático do comunismo de guerra ao capitalismo de Estado, com expressivo setor não estatal operando relações mercantis autônomas. Diante do fim da guerra, uma das principais reivindicações dos camponeses foi a substituição da política contingente, de expropriação imediata do excedente rural, pelo *imposto em espécie*. Essa substituição “oferecia ao camponês a possibilidade de administrar livremente os excedentes da produção agrícola” (Zaostrovsev et al., 1977, p. 107)¹⁸. Os camponeses conquistaram o imposto em espécie e mais tarde conquistaram velhas liberdades comerciais. Os excedentes da produção camponesa, postos em circulação, reconstituíram o mercado local que havia sido aniquilado pelo comunismo de guerra, e repuseram o dinheiro como meio de pagamento fundamental. Esse mercado evoluiu

(18) Todas as citações desta obra foram traduzidas do espanhol pela autora.

rapidamente para um circuito de mercadorias capitalistas (de compra e venda), ao invés criar uma zona de trocas em espécie como havia pensado Lênin.

O forte papel desempenhado pelos pequenos proprietários de terra no direcionamento da política econômica soviética fez Lênin escrever que:

Não há dúvidas que a revolução socialista num país onde a maioria da população está formada por pequenos produtores agrícolas só é possível levar a cabo mediante toda uma série de medidas transitórias que seriam completamente desnecessárias em países de capitalismo desenvolvido (apud Zaostrovsev et al., 1977, p. 112).

Diante da pressão da maioria da população, constituída por pequenos produtores, Lênin defendeu as categorias mercantis e monetárias no processo de transição, apontando, contudo, para seu caráter provisório e para necessidade futura de ampliação da escala e concentração da produção como meta que alavancaria o desenvolvimento. Alguns setores dirigentes compreenderam a NEP como um recuo tático e o reconhecimento das relações mercantis como um fato provisório. Outros setores, após a morte de Lênin, compreenderam as categorias mercantis como a própria alavanca do desenvolvimento. Preobrajhenski considerava a NEP como política de acumulação socialista originária posta em prática: dois pólos da economia, um destinado a vencer o outro. Assim explicam os autores:

Preobrajhenski via o desenvolvimento da economia soviética como uma luta entre dois pólos antagônicos: o setor socialista – cujo desenvolvimento se definia a partir da lei de acumulação socialista inicial – e o setor não socialista, no qual atuava espontaneamente a lei do valor. A luta destas duas leis reguladoras, na qual a lei do valor é eliminada, perde sua função reguladora e é substituída inteiramente pela ‘lei da acumulação socialista inicial’, constitui algo como a fonte do desenvolvimento da economia soviética (Zaostrovsev et al., 1977, p. 123).

Para Preobrajhenski, é justamente a luta entre setor estatal e setor não estatal que constitui o motor do desenvolvimento econômico da sociedade em transição, e não a dinâmica e as leis de um só setor tomadas isoladamente. Trata-se de uma luta entre dois regimes de acumulação coexistentes, advindos de dois tipos de propriedade dos meios de produção: a propriedade estatal socialista e a pequena propriedade camponesa com desdobramento mercantil. Esses dois regimes em luta se tornam visíveis mediante a *luta de classes*, na qual o proletariado

urbano que trabalha na propriedade estatal através do plano econômico deveria superar o modo de vida do camponês pequeno produtor¹⁹. Depois da experiência da NEP, em 1928, Stálin opera a famosa “coletivização forçada” da propriedade rural, e se indispõe com os pequenos produtores, buscando acelerar o aumento da produtividade.

Só depois da morte de Stálin, na década de 1960, a lei do valor ganha nova força na União Soviética, com Krushev (1953 a 1964) e Brejnev (1964 a 1982). Este período inaugurou uma interpretação de que haveria duas formas de manifestação da mesma lei do valor: uma lei do valor espontânea e outra lei do valor planejada. Essa concepção considerava, por exemplo, que o subsídio era uma violação da lei do valor, e os preços deveriam flutuar em completo acordo com as especulações do *mercado socialista*. Para Guevara, Brejnev recapitalizou a economia soviética e redescobriu as liberdades capitalistas como se estivesse diante do comunismo. Em 1962, Yevsei Liberman escreveu “O plano, o lucro e os prêmios”, defendendo o uso total da lei do valor na economia socialista. A partir de uma corrente que ficou conhecida como *libermanismo*, adotou-se na União Soviética a independência econômica das empresas e uma modalidade supostamente socialista da livre concorrência.

Por que esta trajetória soviética ilumina o caso cubano? Principalmente por dois motivos. Primeiro, a posição histórica de Cuba em relação à URSS influencia diretamente o debate econômico na ilha. A transição em Cuba ocorre pressionada pelo giro da União Soviética no sentido das políticas *libermanistas* de flexibilização. Os defensores do SOF estavam “fora de moda” no mundo socialista. Guevara era crítico à expansão das empresas de iniciativa privada, e argumentava que as características mercantis emergentes da União Soviética não eram a solução, mas sim a morte do projeto de economia socialista. Para Guevara, a NEP foi um recuo tático de 1921 que se converteu num “engano histórico” em 1962. Afirmou Guevara, na já citada carta a Fidel de 1965: “o interesse material individual era a arma capitalista por excelência e hoje se pretende elevá-la à categoria de alavanca do desenvolvimento, mas está limitada pela existência de uma sociedade onde não se admite a exploração”²⁰.

(19) Bettelheim, ao contrário de Preobrajenski, não pensa que a predominância da gestão local sobre a gestão nacional se deva por um “espírito conservador” dos camponeses, mas por conta do nível desenvolvimento das forças produtivas.

(20) Ver Ernesto Che Guevara: Algunas reflexiones sobre la transición socialista [Carta a Fidel Castro, abril 1965]. Tradução da autora. Na Internet: www.lahaine.org/amauta/b2-img/CheFideltransicion.pdf.

Os defensores do SOF miram a União Soviética com certa angústia, porque percebem que o caminho adotado é exageradamente mercantil, sem volta atrás, e contraditório com as relações sociais socialistas já estabelecidas²¹. Do disputado legado de Lênin havia sobrado as seguintes palavras na cabeça de Guevara:

Para acabar com as classes é preciso, em segundo lugar, suprimir a diferença existente entre operários e camponeses (...) não há outro caminho a não ser a reorganização de toda a economia, a passagem da pequena produção mercantil individual e isolada à grande produção coletiva (apud Guevara, 1982, p. 284)²².

Sem dúvida, é a compreensão do *libermanismo* que inspira Guevara na defesa de um sistema mais semelhante ao comunismo de guerra do que à NEP para Cuba. O SOF não é mero desejo idealista. Por observação histórica, há condições objetivamente diferentes em Cuba de 1960 e na União Soviética de 1920 em relação às classes sociais da transição e à luta de classes. O que nos leva ao segundo motivo.

O segundo motivo para que a trajetória soviética ilumine Cuba é a questão diretamente agrária. Na URSS, a luta de classes da transição decorreu da pressão da pequena propriedade rural sobre a economia estatal. A economia estatal cedeu ao capitalismo de Estado. Se o que justificou a implementação da NEP e das categorias mercantis na União Soviética de 1921 foi a pressão dos pequenos produtores rurais, em Cuba esse setor social era pouco expressivo.

Ainda assim, foi justo no setor agrário da economia cubana que a defesa do sistema do cálculo econômico mais teve penetração. O INRA foi o órgão que polarizou com o Ministério das Indústrias no grande debate econômico. Carlos Rafael Rodriguez, presidente do INRA à época, apresenta o mais empírico dos argumentos contra o SOF, e teoricamente não se alinha com Bettelheim. Sua divergência é especialmente pragmática. Rodriguez argumentava que “a agricultura exige soluções cambiantes, de mês a mês, de dia a dia, e às vezes de hora a hora. Nenhum regulamento pode substituir a iniciativa consciente e técnica derivada da análise e experiências locais” (apud Mandel, 1982, p. 274).

(21) Guevara desabafa: “O bloco ocidental avança em ritmos produtivos superiores ao socialista das democracias populares. Por quê? Em vez de ir ao fundo à raiz disto, para tentar resolver o problema, dá-se uma resposta superficial, volta-se à teoria do mercado, recorre-se novamente à lei do valor, e são reforçados os incentivos materiais” (apud Pericás, 2004, p. 112).

(22) Essa citação é da obra “Economia e Política na Época da Ditadura do Proletariado”.

O dirigente sabia que a excessiva repartição de terras representava um obstáculo ao desenvolvimento de uma economia socialista e que as grandes propriedades eram fundamentais para o aumento da produtividade. Rodriguez expõe seu ponto de vista no seguinte trecho, longo, mas imprescindível para esclarecer plenamente os termos de debate:

A centralização engendra sérios vícios e perigos. O centralismo burocrático é o pior deles. O método de traçar diretivas gerais e sem levar em conta as peculiaridades específicas de cada localidade conduz a agricultura a graves erros. Se a isso acompanha a rigidez centralista que exige que cada decisão local dos administradores seja consoante com o centro nacional, sem que os administradores tenham uma esfera de competências dentro da qual possam atuar por sua própria responsabilidade, tende a formação sistemática de ‘pontos de estrangulamento’, ao estancamento dos problemas e ao desespero dos trabalhadores da base. (...) Se em todos os escalões da produção estes vícios do centralismo são nefastos, na agricultura se fazem mortais. (...) Era imperativo eliminar as administrações gerais que dirigiam de Havana o conjunto das Granjas, quer fossem granjas de povoado, ou granjas de irrigação, para substituí-las por uma descentralização em que as Granjas estivessem agrupadas sobre uma base regional (apud Mandel, 1982a, p. 276).

A crítica ao SOF possui contornos novos a partir dos artigos de Rodriguez. Há um maior entendimento mútuo sobre os objetivos da economia da transição, uma conversa mais afinada. A polêmica gerencial entre *poder central* e *poderes locais* se desenha com mais possibilidades de solução do que a polêmica essencial entre plano e mercado. Parto para a conclusão deste artigo, elegendo um ponto de contato que aproxima defensores do SOF aos defensores do cálculo econômico a partir de uma coordenação das instâncias gestoras do mesmo plano, e de um plano certamente mais permeável às necessidades locais.

9 Sistema misto: centralização orçamentária com gestão democrática

Cada dirigente revolucionário que atuou no debate econômico em Cuba buscou, com mais ou menos palavras, fazer uma autocrítica. Rodriguez afirma, em 1965, por exemplo, que “tampouco é discutível a superioridade da agricultura em granjas estatais em relação às formas cooperativas” (Rodriguez, 1978, p. 148) e tem em vista que “essa dependência de certas formas de consumo com

a produção privada desaparecerá” (idem, p. 151). Neste balanço, defende a propriedade estatal dos meios de produção sem abrir mão de uma administração local mais robusta, e afirma explicitamente a meta de eliminar as formas privadas das produções estratégicas para o consumo nacional.

Guevara apresenta uma inumerável lista de falhas na aplicação do SOF. Cito-as brevemente: 1) as unidades não recebem abastecimentos adequados de matéria prima e por isso não alcançam as metas de produção; 2) recebem matérias primas de tecnologia diferente; 3) os custos de produção reais são bem maiores que os custos previstos, sinal de ineficiência e incapacidade real de planejamento; 4) o plano teve que ser freqüentemente desmontado e refeito várias vezes em pouco tempo; 5) há falta de quadros técnicos capacitados em todos os níveis de produção e gestão; 6) há falhas na coordenação geral do plano e inexperiência do aparelho estatal; 7) surgiram falhas nos transportes entre as unidades e para comércio interno; 8) houve falhas no controle de qualidade dos produtos, que saem mal acabados; 9) há dependência excessiva do mercado externo para crédito, insumos e abastecimento geral da sociedade cubana; 10) a reposição de peças da produção é precária (Guevara, 1982, p. 176, 198). Essas autocríticas, no entanto, são mais operacionais do que sistêmicas. Em 1965, Guevara escreve a Fidel: “Para nós, é um grande erro pretender que os trabalhadores dirijam as unidades (...) Não pode depender de uma assembléia de trabalhadores ou critério de um trabalhador, a produção que se vai fazer”²³.

No dilema entre gestão democrática e gestão centralizada, Ernest Mandel busca uma mediação: um “sistema de autogestão democraticamente centralizado” (Mandel, 1982a, p. 168). Para ele, esta fórmula evitaria a burocratização do centralismo, e também minimizaria o uso capitalista das categorias mercantis no seio da acumulação socialista. A autoridade central responsável pelo plano da rentabilidade geral deveria, para ele, surgir da eleição dos próprios conselhos de gestão local. Oskar Lange, especialista em economia planificada, define dois perigos: a “degeneração anarcossindicalista” decorrente da autogestão cooperativa, e a “degeneração burocrática” do sistema centralizado. Lange formula um regime orçamentário e democrático:

(23) Ver Ernesto Che Guevara: Algunas reflexiones sobre la transición socialista [Carta a Fidel Castro, abril 1965]. Tradução da autora. Na Internet: www.lahaine.org/amauta/b2-img/CheFideltransicion.pdf.

A propriedade socialista dos meios de produção significa ambas as coisas: o uso dos meios de produção no interesse da sociedade como um todo e a participação democrática efetiva dos produtores e outros trabalhadores na administração dos meios de produção (apud Pericás, 2004, p. 100).

Para que essa fórmula “orçamentário-democrática” funcionasse, era necessário que os sindicatos da nova economia assumissem a função de nexo entre o *plano de metas* das unidades produtivas e o *plano geral da sociedade*. Só a visão política completa desta integração poderia harmonizar o interesse de aumento da produtividade com um dever social coletivo compatível com a vida de cada indivíduo.

Entre o risco de burocratização do SOF e a tendência de capitalização da economia por meio do uso indiscriminado do cálculo econômico, Mandel e Lange optam por defender uma tentativa de “SOF democrático”. Essa proposta mista deixa uma pergunta crucial no ar. Sendo a divisão do trabalho um processo que gerou historicamente o aumento da produtividade, como envolver efetivamente cada conselho de cada unidade produtiva na totalidade do plano econômico nacional sem comprometer a especialização do trabalho? Ou seja, o domínio da totalidade do plano econômico não seria também um trabalho “especializado”, que carece de técnicos exclusivos, com certa vocação burocrática?

O debate da transição em Cuba não prosseguiu publicamente após 1965, mas alguns impasses nunca foram respondidos. O SOF encontrou obstáculos técnicos, políticos e econômicos, e revelou certa dose de idealismo. A proposta respondia por critérios excessivamente teóricos, ainda que lógicos, e adotava princípios distantes da aplicabilidade, ainda que permeados de justiça. Por outro lado, o sistema de cálculo econômico apresentou comprovadamente forte tendência à retomada do capitalismo. De tudo isso, restou um alerta: pensar a organização de uma sociedade pós-capitalista é tão desafiador, quanto necessário.

Bibliografia

ALAMPIÉV, P.; SHIRÍAEV, Y.; BOGOMÓLOV, O. *La integración económica – necesidad objetiva del desarrollo del socialismo mundial*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1979.

BETTELHEIM, Charles. Formas e métodos do planejamento socialista e nível de desenvolvimento das forças produtivas. In: GUEVARA, Ernesto. *Textos econômicos para a transformação do socialismo*. São Paulo: Edições Populares, 1982.

CHONCHOL, Jacques. *Análisis crítico de la reforma agraria cubana*. *Trimestre Económico*, Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, n.117, 1963.

DUMONT, René. *Cuba: socialism and development*. New York: Grove, 1970.

FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1969.

GUEVARA, Ernesto. *Textos econômicos para transformação do socialismo*. São Paulo: Edições Populares, 1982.

_____. *El gran debate sobre la economía en Cuba*. New York: Ocean Press, 2006.

_____. *Algunas reflexiones sobre la transición socialista* [Carta a Fidel Castro – abril 1965]. Cátedra Che Guevara e Colectivo Amauta. Na internet: www.lahaine.org/amauta/b2-img/CheFideltransicion.pdf.

MANDEL, Ernest. O debate econômico em Cuba durante o período de 1963-1964. In: GUEVARA, Ernesto. *Textos econômicos para a transformação do socialismo*. São Paulo: Edições Populares, 1982a.

_____. As categorias mercantis no período de transição. In: GUEVARA, Ernesto. *Textos econômicos para a transformação do socialismo*. São Paulo: Edições Populares, 1982b.

MARX, Karl. *A nacionalização da terra*. Trad. do inglês: José Barata-Moura. Lisboa: Progresso, 1982.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

PREOBRAJENSKI, Eugenio. *A nova econômica*. Trad.: Leôncio Martins Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RODRIGUEZ, Carlos Rafael. *Cuba en el transito al socialismo (1959-1963)*. México: Siglo XXI, 1978.

ZAOSTROVSEV, P. G.; VOGOMASOV, G. G.; MALAFEIV, A. N.; SKAL, V. A. Las relaciones monetario-mercantiles y la ley del valor en la economía soviética (Ensayo histórico-metodológico). In: ZAOSTROVSEV, P. G.; et al. *Ensaio sobre historia de la teoria economica en la URSS*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 1977.